



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

Processo Administrativo Eletrônico nº5269/2023

Objeto: contratação de serviço de engenharia para elaboração de plano de emergência de combate a incêndio.

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. OBJETIVO

- 1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para **contratação de empresa de engenharia ou profissional devidamente habilitado em Gerenciamento de Riscos e/ou Engenharia de Segurança do Trabalho para a elaboração do plano de Emergência dos prédios Sede, COJE e Fórum de Natal da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Norte**, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Temos visto quase diariamente tragédias envolvendo incêndios em todos os tipos de edificações que nos remetem a uma reflexão acerca dos dispositivos de segurança que são utilizados. Precisamos estar sempre alertas aos perigos e buscando sempre melhores equipamentos, ferramentas e planejamento para melhor enfrentarmos as adversidades, não apenas ostensivamente, mas também preventivamente.
- 2.2. A título de exemplos podemos citar alguns sinistros ocorridos no estado do Rio Grande do Norte:
 - 2.2.1. Em outubro/2017 mais de 100 moradias foram destruídas em um incêndio no bairro do Planalto, zona Oeste de Natal;
 - 2.2.2. Em março/2019 os Bombeiros foram acionados para controlar um incêndio na unidade de emergência Dr. Lavoisier Maia, em Monte Alegre-RN. A possível causa foi aquecimento de equipamentos eletrônicos ocasionando um curto circuito;
 - 2.2.3. Em abril/2019 um incêndio atingiu o Shopping Midway. O fogo começou em uma subestação do shopping. A rápida atuação da brigada de incêndio e o apoio do corpo de bombeiros foi fundamental para a contenção das chamas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

2.2.4. Em maio/2023, um incêndio atingiu um apartamento e causou a evacuação de um prédio, em um condomínio do bairro Nova Parnamirim, em Parnamirim, na Grande Natal. Ninguém ficou ferido;

2.2.5. Em Outubro/2022, um incêndio de grandes proporções atingiu uma loja de pneus às margens da BR-101 em Parnamirim, na Grande Natal, na manhã de um domingo;

2.3. No âmbito do TRE/RN já tivemos alguns princípios de incêndio:

2.3.1. Na Antiga Sede, um princípio de incêndio na copa do primeiro andar foi rapidamente controlado pelo servidor aposentado Ricardo Moraes;

2.3.2. No Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, a equipe de vigilantes percebeu uma das lâmpadas do galpão das urnas em chamas. Rapidamente a apagaram com o uso dos extintores de pó químico;

2.3.3. Já no prédio da Sede Nova, a servidora Andrea Protásio percebeu um cabo de um carregador de celular em chamas. Ela conseguiu retirar o cabo da tomada e apagar o pequeno foco de incêndio, que acabou chamuscando as divisórias;

2.3.4. Também na Sede Nova, há alguns meses, durante a madrugada, o ar condicionado que resfria os computadores do CPD parou de funcionar. Sem a temperatura ideal, os computadores superaqueceram. O sistema de segurança dessas máquinas enviou uma mensagem automática ao servidor Daniel Ponte, que prontamente veio ao prédio solucionar o problema. Daniel afirmou que os discos rígidos dos computadores já estavam praticamente em brasa. Não fosse a agilidade e a disponibilidade dele, em sair de sua residência na madrugada, possivelmente teríamos uma tragédia;

2.3.5. Novamente, na madrugada de 02/08/2019, o ar-condicionado do CPD sofreu nova pane, fazendo com que o computador servidor viesse a superaquecer. A rápida chegada dos servidores Daniel Ponte e Ronald Fernandes ao prédio SEDE evitou um dano maior;

2.3.6. E por fim, ainda em 2019 tivemos um princípio de incêndio no galpão de urnas provocado pelo mau funcionamento do gerador solar de energia elétrica que foi debelado pelo próprio corpo de bombeiros.

2.4. Diante dos exemplos acima expostos, percebe-se a necessidade de prevenção mas também de equipamentos adequados para conter incêndios, caso venham a ocorrer.

2.5. O estudo das possíveis situações de incêndio (gerenciamento do risco) irá trazer à luz da razoabilidade quais serão as medidas a serem adotadas visando proteção de vidas humanas e mitigação dos danos.

2.6. Sem um estudo específico para mapear os riscos, analisar os dispositivos nas edificações, rotas para evacuação da edificação e por fim a proteção do patrimônio,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

torna-se quase impossível a utilização dos equipamentos de forma correta, em caso de sinistro de incêndio de grandes proporções.

- 2.7. Observa-se que as ações preventivas e corretivas tem que caminhar juntas, pois a correta utilização dos equipamentos depende de ações a serem adotadas preventivamente.
- 2.8. Em resumo, no caso de ocorrência de incêndio, o maior bem a ser preservado é a vida humana, contudo, devemos ainda observar também os prejuízos econômicos que surgem com a interrupção das atividades e o montante gasto na reconstrução dos espaços destruídos.
- 2.9. Como é possível detectar, os riscos de incêndio vivem rondando nossas vidas e patrimônio. A incidência de incêndios está diretamente ligada à falta de prevenção, sendo que a prevenção ainda é, de longe, o quesito mais barato quando se fala de sinistros ocasionados pelo fogo mas não podemos deixar de lado, em nenhuma hipótese as ações ostensivas com treinamento de servidores e colaboradores além da utilização de materiais e equipamentos adequados.
- 2.10. Portanto, o objetivo deste Estudo Técnico é evidenciar a melhor forma de prover os três maiores prédios deste Regional, a saber: prédio da nova sede, prédio do Fórum Eleitoral da Capital e prédio do Centro de Operações da Justiça Eleitoral do RN de solução preventiva a fim de evitar incêndios e solução corretiva a fim de evitar a sua propagação.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos orçamentários:

O valor previsto para a contratação aqui demandada é de R\$25.000,00 obtido com empresa do ramo objeto desta demanda, cabendo a aferição na fase de formalização do preço pela SETEC.

Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá que providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

3.2. Requisitos técnicos:

A solução a ser escolhida deverá possuir responsável técnico que comandará e se responsabilizará pela execução dos serviços.

Também será exigido na fase de disputa atestado de capacidade técnica, que deixe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

claro que o futuro contratado tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN.

3.3. Requisitos temporais

Diante dos problemas narrados no tópico 2 desses estudos, a solução deve ser provida neste exercício haja vista a importância do objeto a ser contratado para fins de aumento da segurança das edificações.

3.4. Requisitos geográficos

A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, contudo, visitas às edificações e suas instalações além de reuniões com servidores e terceirizados serão necessárias para execução do objeto a ser contratado, e isso exigirá a presença do profissional responsável pelos trabalhos, não podendo ser delegada ou transferida a outro profissional no todo ou em parte o trabalho técnico aqui pretendido.

3.5. Requisitos operacionais

Como frisado, não há necessidade da futura contratada possuir sede ou filial no RN, contudo as reuniões que vierem a ser necessárias com servidores e treinamentos da brigada de incêndio serão obrigatoriamente realizadas presencialmente, nas dependências do TRE/RN.

A permanência da empresa ou profissionais da empresa contratada no edifício-sede do TRE/RN, Fórum Eleitoral e Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, será apenas para coleta de informações e/ou treinamento da brigada de incêndio.

Como se trata de um serviço essencial que não pode deixar de ser realizado sob pena de causar prejuízos ao TRE/RN, o profissional à frente do trabalho e sua equipe deverão ter acesso autorizado para todos os edifícios e departamentos a fim de elaborar seu trabalho com a devida completude.

Vale repetir que não será possível a subcontratação do objeto demandando.

3.6. Requisitos de sustentabilidade

A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

3.7. Requisitos de segurança da informação

A futura contratada deverá ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de sigilo da informação, caso necessário o acesso à rede interna de arquivos eletrônicos.

3.8. Requisitos fiscais e trabalhistas

A empresa ou profissional habilitado licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista.

A empresa ou profissional habilitado deverá manter regularidade fiscal durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

3.9. Requisitos administrativos

A empresa ou profissional habilitado licitante, também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

3.10. Requisitos legais

A Norma NBR n° 15.219/2020 e NBR ISO n° 31000/2009 da ABNT estabelece os critérios para elaboração do plano de emergência e ainda a Instrução Normativa n° 16 e n° 17 do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte determina a obrigatoriedade de sua elaboração.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1. Por meio da leitura das normas indicadas no subitem 3.10, a elaboração de plano de emergência torna-se a única solução encontrada por esta equipe de planejamento, afinal trata-se de uma solução completa que direcionará o TRE/RN na adoção de práticas de prevenção no combate a incêndios bem como nas ações ostensivas além da promoção de treinamentos e capacitação da brigada de incêndios.
- 4.2. O Plano de Emergência é uma exigência definida em norma que concatenará todas as informações relacionadas aos prédios e determinará quais serão as atitudes a serem adotadas em caso de sinistro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

- 4.3. O Plano de Emergência levantará todas as possibilidades críticas, levantamento de equipamentos disponíveis, mapeamento das rotas de fuga, dimensionamento e treinamento da brigada de incêndio e por fim, simulação a fim de pôr em prática as soluções planejadas que proverá o Tribunal de planejamento adequado no quesito segurança em caso de incêndio.
- 4.4. O plano de emergência é conjunto de medidas previamente definidas que visam, em caso de sinistro, a preservação de vidas e do patrimônio.
- 4.5. Para um melhor entendimento cabe uma definição mais ampla acerca do plano de emergência:

O Plano de Emergência é um planejamento realizado para o atendimento a emergências que possam ocorrer. Trata-se de um documento que define informações, responsabilidades e as diretrizes para atendimento de possíveis situações emergenciais.

Abrange procedimentos técnicos e administrativos que têm a finalidade de garantir respostas rápidas e extremamente eficientes no combate a emergências.

No plano de emergência devem estar contempladas todas as ações adequadas para cada cenário emergencial existente, pois a ação para um incêndio é muito diferente da ação de resposta a um vazamento de produto químico, por exemplo.

Essa diferença vai muito além dos impactos que cada situação pode causar ao ser humano ou ao meio ambiente, mas também no que deve ser feito.

Questões como quem é capacitado para cada atividade, quais EPIs devem ser utilizados, quem será responsável por cada etapa, quais os recursos necessários e quais as entidades que devem ser acionadas, devem ser definidas de forma precisa.

Assim, o Plano de Emergência tem por finalidade atender a qualquer situação anormal que envolva vítimas, danos materiais ou afete ao meio ambiente, onde as ações tomadas devem interromper ou minimizar os danos pela ação daqueles que estão juntos ou próximos da emergência. Abandonar o prédio da forma mais rápida possível, observando as rotas de fuga determinadas, para evitar riscos à vida humana em caso de sinistros.

- 4.6. Nestas palavras pode-se identificar claramente que o plano de emergência envolve diversas ações previamente definidas para, no caso de sinistro, serem adotadas sistematicamente a fim de salvar vidas, mitigar efeitos e preservar patrimônio e meio ambiente.
- 4.7. A NBR 15.219/2020 define os procedimentos para sua elaboração:

Esta Norma especifica os requisitos e procedimentos para a elaboração, implantação e manutenção de um plano de emergência contra incêndio, para proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

- 4.8. Somente com planejamento e treinamento seremos capazes de dar melhores condições de sobrevivência às pessoas em caso de sinistro.
- 4.9. O Plano de Emergência poderá ser elaborado por **empresa de engenharia ou profissional devidamente habilitado em Gerenciamento de Riscos e/ou Engenharia de Segurança do Trabalho** que realize estudos e estabeleça dentro das especificidades de cada prédio, quais serão os procedimentos e providências necessárias para mitigação dos danos.
- 4.10. A contratação de empresa ou profissional técnico habilitado é o caminho mais viável, pois não temos conhecimento de Órgãos públicos que prestem serviço dessa natureza.
- 4.11. O TRE/RN não dispõe em seu corpo de servidores profissionais que tenham habilitação para a elaboração do plano de emergência.
- 4.12. Em que pese ser essa a primeira tentativa de contratação do gênero pelo TRE/RN, temos o conhecimento de que o serviço aqui requerido é ofertado no mercado uma vez que profissionais de segurança do trabalho realizam serviços da natureza aqui proposta.
- 4.13. Dessa forma, existem profissionais que se ocupam em realizar serviços relacionados a sistemas de combate a incêndio, regularização de documentação pertinente ao corpo de bombeiros, elaboração de plano de emergência, etc, seja em habitações, comércios, imóveis rurais, etc, sendo possível encontrar no mercado local ou nacional a solução para a demanda especificada neste Estudo Preliminar.
- 4.14. Após consulta informal junto ao mercado, verificamos que o prazo hábil para a elaboração do plano para os três prédios é de 60 dias corridos.
- 4.15. Diante da disponibilidade de profissionais no mercado aptos à elaboração dos planos de emergência visualizamos duas possibilidades para obtenção do trabalho, a contratação direta de profissional/empresa ou a realização de licitação. A definição da melhor forma de contratação ficará a cargo das unidades competentes deste Regional.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. Diante da variedade de tipos de edificações e dos riscos envolvidos, a norma específica define que a elaboração do plano de emergência seja efetuada por uma equipe multidisciplinar:

4 Plano de emergência

4.1 Elaboração do plano de emergência

O plano de emergência deve ser elaborado formalmente por uma equipe multidisciplinar, liderado por um ou mais profissionais especializados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

5.2. A contratação aqui requerida é de **empresa de engenharia ou profissional devidamente habilitado em Gerenciamento de Riscos e/ou Engenharia de Segurança do Trabalho** devidamente registrado no CREA, conforme subitem 3.48 da NBR 15219/2020 e artigo 4º da Resolução CONFEA nº 391 de 31 de julho de 1991, **cujo responsável técnico deverá coordenar a realização dos serviços** perante a equipe multidisciplinar, no desenvolvimento do plano de emergência, formação e treinamento da brigada de incêndio para o COJE, Centro de Operações da Justiça Eleitoral, Fórum da Capital e Edifício Sede desta secretaria.

5.3. Quanto a normatização e legislação aplicada ao serviço.

5.3.1. A realização de serviços nas edificações listadas deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras, inclusive quanto à segurança dos profissionais.

5.3.2. A metodologia de execução dos serviços deverá estar dentro das modalidades trazidas pelas normas da ABNT e atender às especificações contidas:

- Lei 14.133/2021;
- Lei 5.194 de 24 dezembro de 1966;
- Legislação Municipal e/ou Estadual referente ao assunto;
- Resolução do CONFEA nº 359, de 31 de julho de 1991;
- Instrução normativa nº 02 de 02 de maio de 2017;
- Norma NBR nº 15.219/2020; NBR ISO nº 31000/2009 da ABNT;
- Instrução Normativa nº 16 do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte
- Instrução Normativa nº 17 do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte

5.4. Quanto ao serviço

Os serviços técnicos aqui pretendidos se referem à elaboração do plano de emergência para os prédios do TRE/RN na capital, e é definido como “Documento que formaliza e descreve o conjunto de ações e medidas a serem adotadas no caso de uma situação crítica (acidente ou incidente), visando proteger a vida e o patrimônio.”

O plano de emergência será elaborado individualmente para cada prédio em razão das especificidades de cada um e envolvem:

5.4.1. **Serviços iniciais:** estudo das edificações, projetos e legislação para definir o tipo de atividade, área da edificação, sistemas de combate a incêndio, etc;

5.4.2. **Fase de análise:** de posse de todos os dados coletados o profissional habilitado deve realizar uma avaliação de conformidade e de compatibilidade quantitativa e qualitativa dos recursos materiais e humanos existentes nas edificações e exigências dos normativos, bem como os recursos de apoio externo disponíveis para o atendimento das hipóteses acidentais;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

- 5.4.3. **Elaboração do Plano de Emergência:** de posse dos dados técnicos das edificações, dos riscos inerentes a cada uma delas e com base na legislação vigente, o profissional deverá planejar ações e medidas a serem adotadas no caso de uma situação crítica;
- 5.4.4. **Brigada de Incêndio:** integrante do plano de emergência deverá definir a composição da brigada de incêndio estabelecendo posições, funções e ainda proporcionar o treinamento da brigada de emergências;
- 5.4.5. **Relatório final:** ao final dos trabalhos o profissional deverá apresentar relatório circunstanciado sobre os trabalhos realizados inclusive apresentando detalhamento acerca de impropriedades, deficiências, incoerências ou qualquer dispositivo que porventura falte nas edificações ou estejam em desacordo com as normas;
- 5.5. Quanto à licitante
- 5.5.1. A contratação aqui requerida deverá atender às exigências técnicas de acordo com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 17/2022-CBMRN. Será necessária a apresentação de documentos que comprovem a qualificação técnica dos licitantes ou interessados, assim entendida como a comprovação da capacidade técnico-profissional.
- 5.5.2. A Instrução Normativa nº 17/2022-CBMRN em seu subitem 5.4.6 define o profissional apto a formar a brigada de incêndio, que faz parte do plano de emergência:
- 5.4.6** O profissional habilitado para a formação e atualização da brigada de incêndio deve ter uma das seguintes qualificações:
- a. formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho;
 - b. o médico e o enfermeiro do trabalho exclusivamente pelo treinamento de primeiros socorros;
 - c. para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formado no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).
- 5.5.3. Dessa forma, será exigido das empresas ou profissionais habilitados, para fins de habilitação no certame licitatório, a apresentação de comprovante de aptidão para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, constituído de:

- a) **Prova de registro ou inscrição do licitante ou interessado** junto ao conselho de classe ao qual o profissional estiver registrado ou no Ministério do Trabalho;

5.5.4. Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**, no caso do licitante pessoa jurídica: comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional, detentor de atestado(s) de execução, que comprove ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

- a) **Elaboração de PLANO DE EMERGÊNCIA CONTRA INCÊNDIO em imóvel comercial ou industrial com área construída mínima de 1.500,00 (um mil e quinhentos) m².**

5.5.5. Para assinar o contrato deverá comprovar o **vínculo do profissional habilitado**, para fim de atender à recomendação contida nos Acórdãos TCU nº 103/2009 – Plenário e 73/2010 – Plenário, poderá ser efetuada pela apresentação de qualquer dos seguintes documentos: a) cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste o licitante como contratante; b) contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; c) contrato de prestação de serviços pelo profissional ao licitante, mesmo que sem vínculo trabalhista; ou, ainda, d) declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência deste mesmo profissional.

5.5.6. No caso de dois ou mais licitantes ou interessados apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todos deverão ser inabilitados.

5.5.7. O Atestado Técnico apresentado para habilitação neste certame deverá comprovar a aptidão para a execução de serviços com características similares em complexidade técnica e operacional equivalente ou superior aos serviços previstos.

5.5.8. Caso solicitado, o licitante ou interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.6. Quanto à vistoria prévia.

Não será exigida vistoria prévia para participação no certame, podendo o licitante ou interessado, às suas expensas, visitar os imóveis a serem avaliados desde que antecipadamente solicite autorização para adentrar os imóveis com identificação prévia e horário marcado através de e-mail à senge@tre-rn.jus.br.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

5.7. Quanto à contratada

- 5.7.1. Será exigida declaração emitida pela empresa ou profissional habilitado vencedor do certame de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 5.7.2. Serão exigidos ainda, para assinatura do contrato, os documentos determinados pela Lei nº 14.133/2021 que serão definidos pelos setores jurídicos.
- 5.7.3. Após assinatura do contrato a empresa ou profissional habilitado deverá apresentar em até 5 dias úteis o cronograma de execução dos serviços, necessários à emissão de ordem de serviço, e ainda a relação dos funcionários que irão integrar a equipe de forma que o TRE/RN possa agendar e autorizar a permissão de entrada nas dependências dos prédios.
- 5.7.4. Considerando a necessidade de agendamento descrita acima, cabe registrar que o cronograma deverá estabelecer datas em horários comerciais e estar constricto ao prazo de execução do serviço previsto no contrato.
- 5.7.5. **NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO** dos serviços. Conforme determinação da Lei nº 14.133/2021 que regulamenta o procedimento licitatório, o contrato, a Lei 12.378/2010, **o profissional habilitado no certame terá a obrigação de gerenciar a execução dos serviços, não podendo em hipótese alguma sub-rogar ou subestabelecer tal obrigação, sob pena de contrariar a lei.**
- 5.7.6. Caso o profissional habilitado esteja impossibilitado de prestar o serviço, a empresa ou profissional habilitado contratada deverá requerer sua substituição por outro profissional de qualificação técnica igual ou superior ao habilitado no certame.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 6.1. A norma legal (LC 601/2017-RN) obriga que prédios com mais de 750 m² ou mais de 3 (três) pavimentos ou que comporte lotação superior a 100 (cem) pessoas devam ter, obrigatoriamente, uma Brigada de Incêndio. A partir de levantamento das áreas construídas dos prédios do TRE-RN em todo o estado do RN, foi observado que apenas os localizados no município de Natal são obrigados a possuir uma brigada.
- 6.2. **Levantamento dos Quantitativos** – Propomos a elaboração de planos de emergência específicos para cada edificação em razão das características construtivas de cada uma conforme pode ser atestado nas tabelas abaixo. Temos ainda que levar em conta as atividades divergentes que são desenvolvidas em cada uma.
- 6.3. **Conforme** levantamento as áreas construídas nos prédios da Justiça Eleitoral no município de Natal são as seguintes:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

Item	Descrição COJE	Área construída (m²)	Pessoal fixo
1	Galpão térreo	3.106,37	
2	Galpão mezanino	769,59	
3	Centro de treinamento	541,46	
4	Auditório	691,70	
5	Praça de conveniência	338,60	
6	Setor de distribuição	294,15	
7	Setor de apoio e força	203,85	
8	Portaria	12,21	
9	Castelo de água	8,55	
10	Central de gás	9,37	
11	Depósito de lixo	12,85	
	TOTAL CONSTRUÍDO	5.988,70	83

Item	Descrição Fórum Capital	Área construída m²	Pessoal fixo
1	Fórum Subsolo	941,94	08
2	Fórum Térreo	1.764,68	68
	TOTAL CONSTRUÍDO	2.706,62	76

Item	Descrição SEDE	Área construída m²	Pessoal fixo
1	Subsolo garagem 1	3.185,82	12
2	Subsolo garagem 2	3.287,84	0
3	Térreo	2.871,96	77
4	1º andar (Esplanada)	1.035,52	24
5	2º andar (mezanino)	1.111,70	28
6	3º andar	1.426,11	88
7	4º andar	1.426,11	81
8	5º andar (cobertura)	1.816,55	92



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

9	sala de máquinas (ático)	135,22	0
	TOTAL	16.296,83	402

- 6.4. Diante das características acima descritas, da necessidade de uniformização dos procedimentos de segurança, entendemos que a melhor descrição do objeto a contratar é a seguinte:

LOTE	DESCRIÇÃO	ÁREA CONSTR (m²)	QUANT (unid)
1	Plano de emergência contra incêndio para o prédio do FÓRUM DA CAPITAL	2.706,62	1
	Plano de emergência contra incêndio para o prédio SEDE DA SECRETARIA	16.296,83	1
	Plano de emergência contra incêndio para os prédios do COJE - Centro de Operações da Justiça Eleitoral	5.988,70	1

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O preço estimado de R\$25.000,00 foi obtido junto à empresa GR Fire Brigada de Incêndio, CNPJ: 35.077.755/0001-79, telefone 84 99964-9469. Posteriormente deverá ser avaliado pela SETEC.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 8.1. O serviço pretendido, contratação de serviços técnicos profissionais para desenvolvimento de plano de emergência tem o cunho de completude, ou seja, o trabalho conforme descrito nesses estudos não poderá ter descontinuidade, falta de sincronismo ou mesmo ausência de itens, pois caso licitado em partes, o fracasso de um só item compromete o conjunto.
- 8.2. Há que se registrar ainda a necessidade de uniformização dos procedimentos, metodologias e treinamentos de forma que uma só contratação será o melhor dos caminhos a ser adotado, pois equipes multidisciplinares diferentes, produzem material técnico diferente, com isso o resultado não terá o mesmo parâmetro técnico, mesmo sendo regulado por força de norma.
- 8.3. Outro aspecto diz respeito à implementação do plano de emergência. O setor que implantará e acompanhará o funcionamento do plano, o fará de forma mais eficiente e eficaz à medida que o trabalho técnico tenha sintonia e continuidade, assim os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

procedimentos, métodos e ações visando mitigar um sinistro na sede terá o mesmo protocolo que outro ocorrido no Fórum, ressalvadas as características das edificações.

- 8.4. Registre-se que há servidores e colaboradores que realizam suas atividades laborais em mais de um prédio. Além disso, é normal a relocação de servidores e colaboradores. Dessa forma, um servidor lotado no prédio sede pode ter sua lotação alterada para atuar em uma seção situada no COJE, por exemplo. Caso fossem contratadas empresas distintas, esse servidor (ou colaborador) seria treinado conforme uma das empresas e, após lotação em outro prédio, em caso de sinistro, poderia ter que agir conforme plano de emergência distinto do que tinha conhecimento, podendo causar transtornos em uma situação emergencial. Situação essa que seria evitável com a contratação de empresa única para todos os prédios.
- 8.5. Por fim, considerando que o plano de emergência visa a proteção de vidas humanas, resguardar o patrimônio público e garantir a continuidade da prestação de serviços em edificações diferentes, somente um trabalho com as mesmas características técnicas surtirá os efeitos esperados e ainda produzirá resultados positivos na fiscalização da execução do contrato.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS BE/OU INTERDEPENDENTES

- 9.1. Não há registro neste regional de contratação similar, nem mesmo esta contratação dependerá de outro contrato.
- 9.2. No entanto, importante registrar que o plano de emergência poderá determinar novas contratações, a exemplo de aquisição de equipamentos ou até mesmo alterações de *layout*. Dessa forma, a solução completa pode vir a depender de demandas futuras, conforme plano de emergência a ser elaborado.
- 9.3. Paralelamente a esta contratação, o TRE/RN deverá providenciar a contratação da manutenção dos equipamentos do sistema de combate a incêndio visando obtenção do AVCB, Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, contudo, esta contratação não impede a realização do plano de emergência.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PCA

- 10.1. A demanda foi incluída no PCA 2023 sob o código ENG.XOO_23.23.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

- 11.1. Através da contratação de um profissional ou empresa devidamente habilitada para desenvolver um trabalho técnico inédito para o TRE/RN, pretendemos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

- 11.1.1. Evoluir em termos de economicidade ao passo que não temos profissional capacitado no quadro do TRE/RN para a tarefa e a preparação ou treinamento sairia dispendioso e demorado;
- 11.1.2. Considerando os poucos recursos materiais e humanos disponíveis na Seção de Engenharia – SENGE, a contratação permitirá não só aquisição de conhecimento já concretizado, bem como desprender os servidores para outras tarefas e atribuições administrativas, aproveitando melhor os recursos disponíveis.
- 11.1.3. A contratação também movimentará o mercado, gerando empregos já que se trata de uma demanda que exige conhecimento multidisciplinar, fora a necessidade de outras contratações que venham a serem apontadas no plano de emergência.

12. PROVIDÊNCIAS a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato

- 12.1. Não haverá necessidade de treinamento para servidores a cargo do TRE/RN, inclusive o treinamento da brigada de incêndio será feita pelo contratado;
- 12.2. A análise que será empreendida pelo profissional contratado para elaboração do plano de emergência poderá indicar a necessidade de adequações em espaços existentes, mas isso ocorrerá na apresentação do trabalho técnico, quando de sua implantação;
- 12.3. Paralelamente a esta contratação, o TRE/RN deverá providenciar a contratação da manutenção dos equipamentos do sistema de combate a incêndio visando obtenção do AVCB, Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, contudo, esta contratação não impede a realização do plano de emergência.

13. Descrição de possíveis IMPACTOS AMBIENTAIS e respectivas medidas mitigadoras

- 13.1. A empresa ou profissional contratado deverá adotar todas as medidas possíveis visando atender os critérios estabelecidos pelo Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e Instrução Normativa 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber.
- 13.2. Como se trata de trabalho de caráter intelectual, a princípio a contratação não gerará impactos ambientais significativos. Entretanto, caso sejam necessárias adequações no ambiente ou aquisição de novos equipamentos, conforme o caso, esses impactos deverão ser minimizados.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura
Seção de Engenharia

- 14.1. A Equipe de Planejamento está diante da primeira contratação de um plano de emergência, isso é fato, contudo, outros trabalhos técnicos já foram contratados inúmeras vezes, com um número satisfatório de sucessos.
- 14.2. Um outro aspecto que nos aponta o caminho da viabilidade é a existência de normativo regulamentando o trabalho técnico, isso desperta no mercado os profissionais e empresas ávidos por preencher nichos de mercado buscando capacitação.
- 14.3. Portanto, entendemos que a contratação será viável.
- 14.4. Quanto à razoabilidade é fácil entender que nos dias atuais todos os sistemas de proteção à vida estão em constante evolução, desde normas, instruções, novos equipamentos, etc.
- 14.5. Com isso, é razoável entender que contratações visando o monitoramento, o planejamento e criação de rotinas para mitigação dos riscos, serão uma constante na vida dos brasileiros.
- 14.6. Uma contratação para plano de emergência tem o condão da prioridade, portanto, entendemos que a contratação é viável e razoável para a Administração.

Natal/RN, 24 de julho de 2023

Ronald José Amorim Fernandes
Integrante Demandante

José Haroldo Machado Júnior
Integrante Técnico

Ernesto Leça Pinto
Integrante Administrativo